

## Raios e coriscos

Alexandra Vieira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo resulta da análise de um conjunto de crenças referentes às trovoadas. Consideramos que estas crenças nos demonstram de que forma as comunidades foram, ao longo dos tempos, lidando com as intempéries, neste caso em particular, com as trovoadas. Uma dessas crenças em particular encontra-se relacionada com as pedras de raio. A designação de “pedras de raio” pode ser associada a três elementos distintos: a) aos instrumentos líticos, normalmente aos machados de pedra polida, ou seja, objetos arqueológicos; b) rochas naturais; c) fósseis. Em qualquer dos casos, estas peças adquirem um valor simbólico, passando a ser um símbolo de proteção.

### 1. Introdução

Este artigo aborda um fenómeno climatérico marcante na vida das comunidades: as trovoadas. Enquanto fenómeno imprevisível e violento, com consequências em diferentes atividades das comunidades tradicionais, a fúria das trovoadas foi sendo “apacada” através de diferentes costumes. O objetivo principal deste texto é analisar o modo como alguns artefactos líticos foram inseridos neste imaginário sobre as trovoadas. Como se verá, tais artefactos, normalmente machados polidos, são interpretados como fruto dessas tempestades. Objetos esses que ao mesmo tempo adquirem um carácter apotropaico, protegendo a comunidade destes eventos meteorológicos tão assustadores.

Neste momento, encontramos-nos a desenvolver um projeto de pesquisa que visa relacionar os vestígios arqueológicos com um conjunto diverso e multifacetado de crenças, superstições e práticas, aos quais esses vestígios foram sendo associados, por diferentes comunidades ao longo dos tempos (Vieira, 2015). Deste modo, e atendendo a essas circunstâncias, ou seja, o carácter embrionário deste trabalho, pretendemos neste artigo apresentar o seguinte: sistematizar um conjunto de informações relativas às chamadas “pedras de raio”; nomeadamente a bibliografia que aborda esta temática; o que ficou registado pelos historiadores/arqueólogos/etnógrafos nos finais do século XIX/inícios do século XX; e, por fim, o que se pode extrair desses textos no que concerne à forma como estes objetos se qualificavam enquanto amuletos, protegendo pessoas e bens das trovoadas.

1. Alexandra Vieira é licenciada em História, variante Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É nesta instituição que concluiu, em 2015, o doutoramento em Arqueologia. Entre 2001 e 2003 colaborou com várias empresas de arqueologia, onde exerceu funções inerentes ao estudo e salvaguarda do património arqueológico. Desde outubro de 2003 que é docente do Departamento de Artes e Humanidades, da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo – Instituto Politécnico de Bragança. Atualmente, é investigadora integrada do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». CITCEM; IPB [alexandra.vieira@gmail.com](mailto:alexandra.vieira@gmail.com)



## 2. Raios e coriscos: breve abordagem à terminologia e às dinâmicas climatéricas a que estão associadas

Numa breve análise da terminologia inerente à temática, um raio (latim *radius*, -i, raio) pode ser descrito como um fluido elétrico que se desprende da nuvem eletrizada; uma faísca, corisco, centelha ou jacto de luz. Um trovão é um ruído estrondoso que acompanha a descarga de eletricidade atmosférica; uma trovoada é uma tempestade com trovões; um relâmpago pode ser descrito como um clarão súbito e rápido proveniente de descarga elétrica entre duas nuvens ou entre uma nuvem e a Terra. Em português, corisco significa faísca elétrica da atmosfera, acompanhada ou não de trovão; raio. Curisco (ou corisco), no galego significa faísca, trovão; vento muito frio, acompanhado ou não de neve, saraiva ou chuva (Priberam).

As expressões “raios” e “coriscos” reportam-se, deste modo, aos diferentes elementos que participam no fenómeno climatérico das trovoadas. Segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, as trovoadas formam-se a partir do contacto entre superfícies frontais frias e massas de ar muito húmido correspondendo a um cenário de instabilidade atmosférica. O contacto entre estas distintas formações atmosféricas é acompanhado de instabilidade eletromagnética, que se desenvolve até que não exista diferença de potencial elétrico entre as nuvens e a terra; processo este que pode ter consequências devastadoras. No sentido de compreender melhor esta dinâmica, é necessário ter em conta o seguinte:

“A trovoada é caracterizada pela ocorrência de relâmpagos, que são a luz que resulta da incandescência do ar, e de trovões, que resultam da expansão brusca do ar. Em regra, à trovoada está associada precipitação, no estado líquido ou no estado sólido (granizo ou saraiva)” (IPMA, 2019a);

“Podemos distinguir três tipos de raios que ocorrem durante uma trovoada: raios intra-nuvens, raios entre-nuvens e raios nuvem-terra. Nos raios nuvem-terra, as cargas negativas na base da nuvem deslocam-se em direção às cargas positivas na terra, por impulsos, num percurso aleatório invisível

e em zig zag, chamado de traçador. Estas cargas negativas, (...) quando chegam perto da superfície terrestre (a poucas dezenas de metros), é produzida a primeira descarga eletromagnética: o primeiro raio. Na sequência do primeiro raio podem ocorrer raios secundários através do mesmo canal, o que por vezes dá o aspeto de cintilação do raio. Os raios nuvem-terra podem ser positivos ou negativos. Se o raio ocorre entre a nuvem carregada negativamente e a superfície terrestre carregada positivamente a polaridade é negativa; no caso inverso a polaridade é positiva” (IPMA 2019b).

“O relâmpago resulta da incandescência do ar sobreaquecido à passagem do raio na coluna de ar, resultante da conversão da energia eletromagnética em energia calorífica” (IPMA 2019d).

“O trovão é um subproduto do raio. Ao longo da trajetória do raio, através da coluna de ar, com diâmetro de poucos centímetros, ocorre uma expansão brusca do ar sobreaquecido que origina uma onda de choque que dá origem a ruído característico: trovão” (IPMA 2019e).

## 3. As trovoadas e o seu impacto na vida das comunidades

As tempestades, nomeadamente as trovoadas, despertam grande temor nas populações devido aos efeitos desastrosos que provocavam nas casas e produções agrícolas, assim como o perigo que representam para pessoas e animais (IPMA, 2019a). Ainda hoje, em algumas partes do mundo, ou mesmo em Portugal, se leem notícias de rebanhos que foram atingidos por raios e morreram ou, casos mais raros, de pessoas atingidas por raios. No imaginário popular encontra-se um conjunto de crenças e superstições relacionadas com as trovoadas. Uma análise preliminar das publicações do séc. XIX e inícios do século XX apresenta-nos alguns relatos sobre a capacidade destrutiva de algumas tempestades na região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Existe um relato pormenorizado sobre uma “trovoada pavorosa”, assim caracterizada pelo Abade de Baçal, que se abateu sobre Bragança no dia 24 de agosto de 1804. No dia seguinte, a Câmara Municipal de Bragança realizou uma vistoria sobre os estragos

causados pela terrível trovoada que se abatera sobre a cidade. No rio Fervença, a trovoada teria levado à destruição de pontes de pedra e de madeira, cortinas, moendas e moinhos, prezas, hortas, muros, casas e terrenos. Existem ainda registos de nessa mesma madrugada, o mesmo se ter passado nos rios Baceiro e Tuela (Alves, 2000b: 754-757). Um outro texto do Abade de Baçal, descreve pormenorizadamente os efeitos destruidores da queda de um raio na Torre da Sé de Miranda do Douro, no dia 31 de julho de 1905 (Alves, 2000a: 202).

A existência de referências aos efeitos devastadores das tempestades e trovoadas é extensível a todo o território português. Também no Minho se encontram alusões aos efeitos das trovoadas. Uma delas, sobre S. Tome de Abação em Guimarães, realizada pelo abade Manoel Luiz de Gouvea (1998a), em 1842, refere que “as trovoadas vindas do Sul são temíveis por causa de raios, faíscas, coriscos, e algumas pedras quase do tamanho de ovos de pombas”. O abade Domingos Antonio de Abreu Cardozo (1998b) no mesmo inquérito paroquial de 1842 sobre Salvador de Pinheiro, em Guimarães, refere: “As trovoadas vindas do Nascente e Sul são temíveis e medonhas, principalmente nos meses de Maio, Junho, Julho e Outubro, por causa de raios, faíscas, coriscos e algumas pedras e saraivas, que às vezes são bastante grandes, porém não têm feito estragos dignos de se mencionarem, à excepção de alguns ventos que, às vezes pelas suas ferocidades, arrancam árvores e telhados, ou telhas de casas”.

Uma análise detalhada das Memórias Paroquiais de 1758 iria, provavelmente, ampliar largamente o número de alusões ou descrições do carácter destrutivo de trovoadas de norte a sul de Portugal.

Segundo o Abade de Baçal, uma forma das populações se protegerem das tempestades consiste na celebração, pela Igreja, das Ladainhas ou Clamores:

“(…) em fins de Abril, indo os párocos acompanhados de povo ao campo, onde aqueles lançam água-benta e abençoam os frutos com orações próprias, segundo se encontram no Rituale Romanum. Tanto na ida como na vinda cantam a Ladainha, em que se destacam, além de outras súplicas dirigidas a Deus, as seguintes: *Ut fructus terrae dare et conservare digneris; ao que o povo responde: te rogamus audi*

*nós. A fulgure et tempestate. Libera nós Domine. Senhor, dai-nos e conservai-nos os frutos da terra; livrai-os, e a nós, dos raios e tempestades*” (Alves, (2000 [1934]: 302).

Segundo Jaime Dias (2002), em Idanha-a-Nova, Castelo Branco:

“O povo diz, ainda hoje: onde se cantar o Bendito e Louvado ou rezar a Magnificat, e até onde os seus ecos chegarem, não cai raio ou peste; e por isso, logo que no horizonte surge trovoada, não há rua ou largo onde não se cantem ou rezem aquelas devoções. E ainda por isso, não só em Idanha-a-Nova como em toda a Beira Baixa, sempre que algum relâmpago fende o espaço ou trovão atormenta os ares, logo se ouve: – «São Jerónimo, Santa Bárbara bendita, no céu está escrito um raminho de água benta, que Nosso Senhor nos livre desta tormenta»”.

Em Miranda e Mogadouro o povo recitava o “*Retente anubrado*”, expressão que foi traduzida por Duarte Martins (informação pessoal), professor de língua mirandesa e que equivale a: “*Detém-te, para ou afasta-te... tempestade ou tormenta*”. Usava-se essa expressão por terras de Miranda aquando da vinda de uma trovoada, principalmente nos meses de verão, acompanhada do toque dos sinos da igreja e de algumas preces a Santa Bárbara, a santa que livrava os agricultores das trovoadas. Segundo Vítor Mendonça (informação pessoal), natural de Miranda do Douro, esta expressão, enquadrar-se-ia num contexto de rezas e preces a Santa Bárbara. Nas suas memórias ainda estão presentes as “procissões dentro da aldeia para pedir ajuda contra a seca, as trovoadas, as tempestades e etc. “... ainda me lembro em anos secos, de ver o povo acompanhando do padre a fazer essas rezas a pedir chuva em diferentes pontos da aldeia de Sendim (atualmente vila)”. Noutras localidades pede-se que a trovoada vá descarregar “*para serras e descampados onde não faça mal*” (Alves, 2000 [1934]: 369).

Para além destas rezas e orações, conhecem-se outros elementos de proteção ou com “*virtudes prophylacticas*” que podem ser utilizados para que as pessoas se protejam a si e aos seus bens durante as trovoadas, nomeadamente um pedaço de cera benta que “*crece das cerimónias da Semana Santa*” (Vasconcelos, 1897: 186-187).



Fig. 1 Trovoada

Quer em Mangualde quer na Mexilhoeira, quando há trovoada, queima-se um raminho de alecrim. Em algumas localidades esse alecrim foi benzido no Dia de Ramos; noutras regiões tanto o alecrim, a oliveira ou outras ervas aromáticas como o rosmaninho são queimadas para afugentar a trovoada (Vasconcelos, 2007b: 123; 186). Também a folha do loureiro desempenha um papel importante, atendendo a que o “*loureiro bento, isto é, guardado da festa de Ramos, livra de trovoadas; em loureiro não cae raio*” (Vasconcelos, 1913: 571). Por último, queimar parte do ramo benzido no Dia de Ramos afasta, igualmente, as trovoadas (Vasconcelos, 1897: 186-187). Para a proteção da casa, o Abade de Tavares refere a colocação de “*um ramo bento de oliveira posto à entrada da porta, contra os raios e os trovões*”; para os homens se acautelarem do raio devem colocar um ramo de trovisco na fita do chapéu (Abade J. Tavares; Carviçais, Moncorvo, 23 de Abril de 1904, citado em Vasconcelos, [1985] 2007b: 276; 296).

O Abade de Baçal refere duas tradições em Avelada, Bragança, para afastar a trovoada: colocar a pá do forno à porta da rua; colocar novamente ao lume “*o tição que ficou por acabar de consumir na noite de Natal*” (Alves, [1934] 2000: 369). Esta ideia é reforçada pelo Abade de Tavares, pois para preservar dos raios, convinha usar “*um bocado de carvão que ardeu constantemente desde o Natal até ao dia 1 de janeiro*” (Tavares; citado em Vasconcelos, [1985] 2007b: 39). “*Uma amêndoa de dois bicos é benta: contra raios e trovões*” (Idem: 12). Esta ideia

é reforçada pelo Abade de Baçal, salientado que nos distritos a sul de Bragança e no concelho de Vila Flor atira-se a “*amêndoa do trovão*” para cima do telhado de uma casa, livrando-a do perigo e afastando a trovoada (Alves, 2000 [1934]: 369). Em todo o distrito de Bragança existia a prática de se tocar os sinos para afugentar a trovoada. Por outro lado, “*não se deve tocar o sino desde que a trovoada entre no termo da povoação, porque então, em vez de a repelir, atrai-a*” (Idem: 369).

Um pouco mais a sul, nos arredores de Santa-rém, existe o costume dos camponeses taparem os espelhos, fazendo com que a trovoada “fuja” e evitando danos nesse lugar. Em Nelas, afugenta-se a trovoada tocando-se a campainha de cobre de Santa Bárbara, quando troveja. “*Em toda a área a que chegar o som da campainha de Santa Bárbara o raio não fará prejuízos*” (Vasconcelos, [1985] 2007b: 83; 209).

Estes são alguns exemplos de costumes ou práticas levados a cabo pelas nossas comunidades rurais para se protegerem ou para afugentarem as trovoadas. Existem ainda objetos que, colocados dentro das casas ou nos telhados, as protegeria, igualmente, das trovoadas e dos raios: são as chamadas “*pedras de raio*”, muitas vezes objetos líticos encontrados nos campos, interpretados como tendo caído dos céus, trazidos por um raio durante uma trovoada. Esta prática será analisada no próximo ponto.

#### 4. As “Pedras de Raio”

Algumas das práticas e crenças que versam sobre as pedras de raio foram explicadas por José Leite de Vasconcelos nas suas obras “*As Religiões da Lusitânia*” (1897); “*Opúsculos. Vin Etnologia – Parte I*” (1938); “*Ensaios Ethnographicos*” (1906); “*Tradições das Pedras*” (1880-1881); “*Sur les amulettes portugaises*”; Etnografia Portuguesa ([1933] 2007), entre outras. Mas as referências às pedras de raio e aos coriscos, este último menos expressivo, aparecem em vários autores e obras dos finais do século XIX/inícios do século XX, alguns dos quais passaremos a citar de seguida, numa tentativa de sistematização: Augusto César Pires de Lima, “*Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*” (1906); Arronches Junqueiro, “*Crenças, Superstições e usos tradicionais de Setúbal*” (1900) e “*Estudos Setubalenses* (1.<sup>a</sup> parte) – Superstições e usos tradicionais (1906); Dias Nunes com duas obras: “*Tradições populares (Miscelânea)*” (1898) e “*Miscelâneas tradicionalistas*” (1902/1904); A Thomaz Pires com as “*Investigações Etnográficas*” abordando os coriscos (1914) e em (1917) as pedras de raio; Maria Peregrina de Sousa, “*Tradições populares do Minho (Cartas)*” (1900-1901); Augusto Goltz de Carvalho, “*Amuletos de Buarcos*” (1903). Foi através da análise da obra de Benjamim Enes Pereira (1965) que compilámos estes dados bibliográficos.

Especificamente, sobre as “*pedras de raio*”, José Leite de Vasconcelos recolheu alguns dados que lhe

permitem distinguir três tipos ou três categorias de pedras de raio: 1. Instrumentos em pedra (objetos arqueológicos); 2. pedras naturais cuja cor e forma suscitam a curiosidade das pessoas – os coriscos, que aparecem como resultado das trovoadas; 3. fósseis, nomeadamente, dentes de tubarão. Passaremos em revista algumas das obras citadas anteriormente, coligindo informações sobre estes três tipos de pedras de raio.

##### 4.1. Fósseis, nomeadamente dentes de tubarão

Segundo José Leite de Vasconcelos (1897: 128 nota 5) no Sul de Portugal, os dentes de tubarão, “*são tidos como pedras de raio*”, e, portanto, considerados como amuletos apotropaicos” (...). De acordo com o site da Asociación Paleontológica Alcoyana Isurus (s/d), em Canelas, Arouca, as trilobites gigantes aí descobertas eram chamadas de “*faiscas*”. Contactámos o Museu das Trilobites (Arouca) a fim de validar esta informação e obtivemos de Manuel Valério (informação pessoal) a seguinte explicação: “*As trilobites não são conhecidas por faiscas, mas sim peixes. O termo «faisca» é aplicado entre os «louseiros» (trabalhadores da louseira), para apelidar um outro fóssil do tipo cefalópode. No entanto este nome é usado em forma de brincadeira ou gozo*”.

Mário Varela Gomes (2002: 380; 382), a propósito da ocorrência de um dente fraturado de tubarão na necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves),



aborda o carácter mágico – profílatóico ou apotropaico – que este tipo de objeto pode ter adquirido ao longo dos tempos:

“*Tais presenças, em contextos antrópicos e por vezes longe das formações geológicas que as poderiam guardar, explicam-se devido às formas de tais fósseis e à sua reconhecida antiguidade, pelo que, tendo pertencido a seres extintos, poderiam auferir de carácter mágico e, quiçá, profílatóico ou apotropaico. O interesse pela morfologia, matéria-prima, textura, cor e brilho, oferecidos por determinados fósseis, ascende, pelo menos, ao Paleolítico Médio, quando foram recolhidos e, até, transformados em adereços, alguns exemplares, provavelmente auferindo já de carácter mágico-religioso.*”

“*As ‘línguas mágicas,’ ‘de serpente,’ ‘de escorpião’ ou ‘dentes de dragão,’ como também foram denominados aqueles fósseis, eram tidos como fortes talismãs, embora tenham sido principalmente utilizados como antidotos contra venenos.*”

Os vestígios paleontológicos, à semelhança dos vestígios arqueológicos, foram sendo interpretados e explicados pelas diferentes comunidades ao longo dos tempos. É comum, em várias partes do mundo que os fósseis tenham adquirido um valor mágico e de proteção. Ainda hoje, os dentes de tubarão são adquiridos como pendentes, em lojas de produtos esotéricos e/ou feiras de fósseis e minerais tendo como função: proteção; vida longa; prosperidade.

#### 4.2. Pedras naturais

José Leite de Vasconcelos refere que “*no Entre-Douro-e-Minho, ao contrário do que sucede no Sul, os machados de pedra não são tidos (segundo o que tenho observado) como «pedras de raio», dando se este nome a certos mineraes crystallinos*” (Vasconcelos, 1897: 25). Esta designação também é adotada em Vila Pouca de Aguiar, Castelo Branco e Idanha (Vasconcelos, [1985] 2007a: 231).

Os aerólitos, ou seja, “*meteoritos compostos por silicatos e por alguns elementos metálicos (Priberam) também podem ser denominados de pedras de raio. Em Covas do Barroso, Montalegre, os seixos redondos encontrados perto do rio são*

*considerados pedras de raio*” (Vasconcelos, [1985] 2007a: 229; 232).

#### 4.3. Instrumentos em pedra/objetos líticos – os raios e os coriscos

“*Dos instrumentos de pedra, que auxiliavam os homens neolíticos no seu trabalho, conservavam-se ainda agora nas mãos de gente do campo exemplares sem conta, e cada um revestido de carácter sobrenatural, porque quem mais não entende dos fenómenos meteorológicos e da ethnographia primitiva considera esses interessantes produtos da industria humana como formados pela trovoada, ou «pedras de raio» (...)*” (Vasconcelos, 1897: 402-404).

Segundo Maria de Jesus Sanches (1992: 53), os machados polidos são os achados mais frequentes, não só porque são elementos resistentes, mas também “*porque a sua forma «exótica» atrai a atenção das pessoas que trabalham no campo (principalmente agricultores e pastores), os quais têm geralmente a iniciativa de os guardar.*”

Efetivamente, é bastante comum o aparecimento de machados polidos ou outros utensílios líticos com o lavrar dos campos. A partir da sua descoberta, começa o processo de interrogação sobre qual seria a sua função e como teria “*entrado*” no solo. As diferentes comunidades, ao longos dos tempos, foram criando explicações para o aparecimento destes e outros objetos, explicações essas que foram registadas, como já vimos, pelos arqueólogos/historiadores/etnógrafos do século XIX e inícios do século XX, em Portugal. O carácter mágico e sobrenatural, evidenciado por José Leite de Vasconcelos, destas pedras de raio, é partilhado por muitas populações em todo o mundo:

“*The natives of Burmah, China, Japan [...] think that carved stone objects have fallen from the sky, because they think they have seen such objects fall from the sky. Such objects are called ‘thunderbolts’ in these countries. They are called ‘thunderstones’ in Moravia, Holland, Belgium, France, Cambodia, Sumatra, and Siberia. They’re called ‘storm stones’ in Lausitz; ‘sky arrows’ in Slavonia; ‘thunder axes’ in England and Scotland; ‘lightning stones’ in Spain and Portugal; ‘sky axes’ in Greece; ‘lightning flashes’*

*in Brazil; ‘thunder teeth’ in Amboina...*” (Fort 1919 citado em Johanson, 2009: 129).

Segundo António Galopim de Carvalho (2014), muitos dos achados pré-históricos eram designados pelas populações portuguesas como “*pedras de raio*” ou “*pedras de trovão*”. As peças de menor dimensão, tais como pontas de seta e buris, eram conhecidas como “*pedra de corisco*”. Estas três expressões serviam igualmente para designar os meteoritos, num período em que as populações desconheciam a origem destes elementos. José Leite de Vasconcelos refere que o raio pode ser designado de pedra de trovão em Neiva, no Minho, ou pedra de raio no Minho, Douro, Extremadura, etc. (Vasconcelos, 1880-1881: 364). A distinção entre as pedras de raio e os coriscos apresenta algumas variações, ou seja, tanto podem ser sinónimas como identificar fenómenos distintos:

“*Corisco é uma pedra que vem adiante de um raio, a dobar, a dobar (sic), e se enterra pelo chão abaixo*”. Por esta definição se reconhece a sua equivalência com a pedra de raio, designação usada em toda a Europa Ocidental, pelo menos, para designar a pedra que, segundo uma velha crença popular, acompanha todo o raio. “*Com efeito, em um dicionário antigo (1808), que tenho à mão, encontram-se as duas expressões: corisco e pedra-de-raio – como sinónimas.*” “*Em Óbidos disseram-me que os raios são maiores; os coriscos, os que se quebram mais, por serem estreitos; quando caem, andam em volta das árvores; as faíscas são lascas dos coriscos e ‘apitam’*” (Vasconcelos, [1985] 2007a: 230 nota 1)

Albino Lopo (1899: 105) refere o aparecimento de “*pedaços de pedras de raio, machados e martelos do período neolítico*”, nas “*cavernas*” de S. Lourenço, em Bragança. José Leite de Vasconcelos, a propósito de uma visita à localidade da Malveira de Cascais, refere: “*Não encontrei vestígios de castros, nem antiguidades prehistoricas; comtudo o povo conhece as «pedras de raio» ou «coriscos», o que prova o aparecimento de machados neolíticos*” (Vasconcelos, 1895: 246). Também no concelho das Caldas da Rainha aparecem as ditas “*pedras de raio*”, algumas das quais foram recolhidas pelo próprio e outras “*pela distincta ethuographa e polyglotta a ex.ma sr.<sup>a</sup> D. Cecilia Schmidt Branco*” (Vasconcelos,

1897:18). Joaquim Rasteiro informa que na zona da Arrábida “*As pedras de raio (...) são muito vulgares; d’antes apareciam bastantes nas encostas da cordilheira de montes, que corre paralela á serra da Arrabida; o seu apparecimento agora é menos repetido, e nos ultimos annos muito raro, devido ao facto de os amadores da especie levarem a maior parte*” (Rasteiro, 1897: 4). Estácio da Veiga (2009: 371), em 1877, explica que não recolheu nenhum objeto em pedra em Mértola, mas “*é certo que a gente daquelles campos conhece o machado de pedra com a mesma denominação popular ‘de pedra de raio’ que é vulgar em toda a Europa*”.

Todas estas referências demonstram que a designação de pedras de raio para os objetos líticos, muitas das vezes, machados polidos, se estende de norte a sul do território português. No entanto, nem todas as referências às pedras de raio se restringem aos finais do século XIX ou inícios do século XX. Recentemente, no Abrigo 1 de Vale Ferreiro, em Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, António Sá Coixão refere que o sítio “*foi referenciado a partir da entrega, por parte do Senhor António Fonseca (de alcunha o Tripa Quinze), de um machado em anfibolito que dizia tratar-se de uma ‘pedra do raio’ que havia ‘rachado’ uma rocha onde ele agora se abrigava!*”. Em visita ao local, A. S. Coixão recolhe também uma enxó (Coixão, 1999: 147). Isto só vem demonstrar que em certas localidades esta crença associada às pedras de raio ainda subsiste.

José Leite de Vasconcelos chama a atenção para algumas das crenças populares relativas ao processo de formação destes objetos, referindo que o raio é uma pedra “*que cae e se afunda sete varas ou braças, levando sete annos (cada anno sobe uma vara ou braça) a vir á superficie*” (Vasconcelos, 1880-1881: 364). “*Quando troveja, a pedra começa a saltar no lugar onde está. Quando se vê um lampo (relâmpago), a pedra vai na ponta da fitinha*” (Vasconcelos, 2007: 230). Esta explicação popular foi, durante muito tempo, a única justificação para o aparecimento destas pedras, mas, e seguindo o exaustivo estudo bibliográfico sobre o tema que José Leite de Vasconcelos desenvolveu “*(...) em 1723, Jussieu, comparando as cerannias com os instrumentos de pedra polida usados pelos selvagens, concluiu que*

a Europa tinha sido primitivamente habitada por selvagens. Estava decifrado o problema. As pedras de raio (pedras que fazem lume, d'onde uma rasão para a identificação d'ellas com o raio) eram os instrumentos de silex dos homens da idade de pedra" (Vasconcelos, 1880-1881: 76).

Segundo o Abade de Baçal, na localidade de Baçal e em outras terras da região de Bragança, as populações chamam "pedras de raio" aos machados pré-históricos e "consideram-nos como sendo o próprio raio, que se enterra no solo sete braças, erguendo-se por virtude própria, cada ano uma braça, de maneira que, no fim de sete anos, chega à superfície da terra, regressando depois às nuvens, se alguém o não apanha, como muitas vezes sucede, pois são preventivos efficacíssimos para livrar de raios" (Alves, [1947] 2000: 23). Estes objetos acabam, em determinados momentos e em determinados locais, por adquirir um carácter sobrenatural, tal como refere o Abade de Baçal. Neste processo de significação, os objetos acabam por adquirir uma dimensão protetora, podendo ser integrados na categoria de amuletos, ou seja, objetos que protegem do mal (Vasconcelos, [1934] 2000: 279).

"Toda a gente tem ouvido falar nas pedras de raio (as cerannias dos antigos), que, segundo o povo, caem quando troveja e racham as arvores, etc." (Vasconcelos, 1880-1881: 75). Em Alapraia uma mulher mostrou ao autor (1897: 239) uma pedra de raio à qual "ligava grande importância supersticiosa, motivo por que [lh]o não cedeu". "A cunha [de pedra] é lançada nos telhados para livrar de raio a casa (Torre de Moncorvo)" (Vasconcelos, 1880-1881: 75). "Esta pedra, tendo-a em casa, livra de raio, e quando troveja, começa aos saltos!" (Vasconcelos, 1880-1881: 364).

José Leite de Vasconcelos assinalou a ocorrência de machados polidos colocados em oratórios, o que vem reforçar este carácter apotropaico das pedras de raio, como algo que possui o poder de afastar o mal. Este autor registou dois casos semelhantes em duas localidades bastante distantes entre si, nos finais do século XIX:

"Uma velha em Cabanas da Conceição (Algarve) tinha num oratório um machado de pedra muito

grande (vidi em 1894), e em Aljubarrota uma senhora tinha, com bastante fé, metade de um machado de pedra polida num oratório também, ao pé dos santos, porque «onde está uma pedra destas não cai outro raio» (observei lá em 1897). No Alentejo, como na Estremadura, costumam guardá-las na tranqueira da porta de entrada" (Vasconcelos, [1985] 2007a: 232).

D. Maria Peregrina de Sousa (1900-1901: 143) escreve um conjunto de cartas a José de Leite Vasconcelos, onde relata algumas tradições da zona do Minho. Na carta n.º 8, datada de 10 de março de 1845, faz uma referência específica às pedras de raio, que passamos a citar: "É geralmente recebido entre os camponeses que o raio se apaga quando chega a terra e deixa uma pedra branca, que aparece passados sete anos, e que tem grandes virtudes: ha quem tenha (antes quem julga ter) das taes pedras, que guarda como reliquias". Segundo o Abade de Baçal, uma mulher de Travanca encontrou um machado neolítico, de pedra, "que guarda religiosamente, porque supõe ser um raio e ter virtude contra as trovoadas" (Alves, [1934] 2000: 663).

De acordo com António Galopim de Carvalho (2014), estas pedras seriam colocadas sobre os telhados ou dentro das casas com vista a proteger a habitação dos raios durante as trovoadas.

## 5. Considerações finais

Uma breve incursão pela bibliografia de finais do século XIX/inícios do século XX mostra-nos que as alusões às pedras de raio e coriscos eram comuns nessa época, havendo a preocupação em registar essas tradições por investigadores de diferentes formações disciplinares. Devemos salientar que as crenças sobre os raios e as pedras de raio são um fenómeno que se regista em todo o mundo, com vários aspetos similares. Em Portugal, a partir dos dados recolhidos, constata-se uma grande semelhança nas práticas e no imaginário entre o norte e o sul do país.

Os machados polidos, na maioria dos casos encontrados nos campos, sendo resultado do raio, tornam-se objetos de proteção contra os raios e as tempestades, ou seja, são interpretados como

amuletos. São colocados nos telhados ou no interior das casas, em oratórios, a par das "imagens religiosas sagradas". A sua deposição relaciona-se com as práticas de proteção de bens, pessoas e espaços.

Ao começarmos a nossa caminhada no mundo das superstições e dos amuletos em Portugal, apercebemo-nos que se torna necessário proceder a uma pesquisa exaustiva sobre a temática, devido ao excesso de informação que existe sem um suporte científico e bibliográfico aceitável. A definição de amuleto, talismã ou mascote, levanta algumas questões, que excedem os objetivos deste artigo. Deste modo, torna-se necessário uma revisão da bibliografia sobre os amuletos e, neste caso em particular, sobre as pedras de raio. Uma hipótese de pesquisa consiste na análise: a) das Memórias Paroquiais de 1758 ou outra documentação medieval/moderna à procura dos efeitos das tempestades; b) das diferentes formas de proteção contra as intempéries, nomeadamente sobre as pedras de raio. Esta superstição já seria conhecida, de acordo com José Leite de Vasconcelos, no século XVI, em Portugal "como se infere de um documento de D. João III, 1538" (Vasconcelos, [1985] 2007a: 230).

É também fundamental a realização de trabalho de campo, para se registar, de forma sistemática: as memórias e práticas associadas às trovoadas; as marcas visíveis em edifícios, pontes, sítios arqueológicos; as diferentes utilizações das pedras de raio; entre outros indícios que possam contribuir para compreender o imaginário e a vivência das tempestades. Um outro aspeto a ser analisado no futuro relaciona-se com as fulgurites, um fenómeno de "vitrificação produzida na areia pela passagem do raio" (Priberam) e de que forma este fenómeno e estes vestígios geológicos podem ter influenciado ou dado origem a algumas das crenças relativas às pedras de raio. Foi encontrada uma fulgurite em Torre de Moncorvo, uma região muito rica em ferro, "[that] was formed by lightning striking a small electricity pylon; it consists morphologically of a central cylinder with radial ramifications several metres long. It is largely composed of glass, with the remains of quartz crystals and neofomed cristobalite" (Crespo et al., 2009: 783).

Por último, como vimos, este artigo resulta da análise de um conjunto de dados algo dispersos sobre as pedras de raio e as crenças que sobre elas foram sendo registadas pelos autores de finais do século XIX. Consideramos que estas crenças refletem o modo como as comunidades foram, ao longo dos tempos, interpretando este tipo de vestígios arqueológicos. Nesse sentido, criaram explicações para os fenómenos meteorológicos e para alguns tipos de objetos encontrados dispersos pelos campos, que se tornaram fruto desses fenómenos e ao mesmo tempo sinónimo de proteção, num processo de "domesticação" de diferentes fenómenos naturais. A natureza das tempestades, em particular das trovoadas, era de tal forma violento que ainda hoje utilizamos a expressão "Raios e Coriscos" num sentido figurado para "palavras violentas, injúrias, ralhos e descomposturas" (Infopédia), ou seja, uma verdadeira "tempestade de emoções".

## Agradecimentos

Agradeço a preciosa ajuda de Sérgio Gomes e Sandra Santos, cujas observações e comentários enriquecem imenso este texto. Agradeço igualmente ao António Luís Pereira, assim como a Fernando Lima, Duarte Martins, Vítor Mendonça, Liliana Polónio e Eduardo Pinheiro.

## Referências bibliográficas e eletrónicas

"aerólitos". In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/aer%C3%B3litos> [consultado em 18-09-2019].

"Coriscos". In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/CORISCOS> [consultado em 04-09-2019].

"fulgurite". In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/fulgurite> [consultado em 20-09-2019].

"raios". In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/raios> [consultado em 12-09-2019].

"relâmpago". In Dicionário Priberam da Língua Por-



tuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/rel%C3%A2mpago> [consultado em 12-09-2019].

“trovão”. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/trov%C3%A3o> [consultado em 12-09-2019].

“trovoada”. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/trovoada> [consultado em 12-09-2019].

ALVES, Francisco Manuel – Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Tomo IV. Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal. 2000a.

ALVES, Francisco Manuel – Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Tomo VII. Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal. 2000b.

ALVES, Francisco Manuel – Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Tomo IX. Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal. [1934] 2000.

ALVES, Francisco Manuel – Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Tomo XI. Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal. [1947] 2000.

ASOCIACIÓN PALEONTOLÓGICA ALCOYANA ISURUS – Denominacion de los fosiles en la antigüedad: “pedras del rayo”. [em linha] Disponível em: <http://archive.fo/WfRGo#selection-231.0-233.19>

CARDOZO, Domingos António – Guimarães: Inquérito paroquial de 1842. In Revista de Guimarães, n.º 108. 1998b. pp. 457-463.

CARVALHO, António Galopim – Pedras disto, daquilo e de mais alguma coisa (3). In De rerum natura [Sobre a Natureza das Coisas] [em linha] 7 de setembro de 2014. Disponível em: [http://dererummundi.blogspot.pt/2014/09/pedras-disto-daquilo-e-de-mais-alguma\\_7.html](http://dererummundi.blogspot.pt/2014/09/pedras-disto-daquilo-e-de-mais-alguma_7.html)

COIXÃO, António do Nascimento Sá – A ocupação humana na Pré-história recente na região de entre Côa e Távora. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Almada: Edição da ACDR de Freixo de Numão. 1999.

CRESPO, Tomas Martin; Fernandez, Rafael P. Lozano; Laguna, Ruth Gonzalez – The fulgurite of Torre de Moncorvo (Portugal): description and analysis of the glass. *European Journal of Mineralogy* 21 (4) 2009. pp.783-794.

DIAS, Jaime Lopes – O Bendito e Louvado e a «Magnificat». [em linha]. Disponível em: [www.le-gendarium.org](http://www.le-gendarium.org)

GOMES, Mário Varela – A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5 (2) 2002. pp. 339-391

GOUVEA, Manoel Luiz – S. Tomé de Abação, Guimarães: Inquérito paroquial de 1842. In *Revista de Guimarães*, n.º 108. 1998a. pp. 27-35

IPMA – Área educativa: trovoadas. [em linha] 2019c Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/educativa/fenomenos.meteo/index.jsp?page=dea.trov.xml>

IPMA – Área educativa: detetores de raios. [em linha] 2019a Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/educativa/fenomenos.meteo/index.jsp?page=dea.index.xml>

IPMA – Área educativa: o raio. [em linha] 2019b Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/educativa/fenomenos.meteo/index.jsp?page=dea.raio.xml>

IPMA – Área educativa: o relâmpago. [em linha] 2019d Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/educativa/fenomenos.meteo/index.jsp?page=dea.relampago.xml>

IPMA – Área educativa: o trovão. [em linha] 2019e Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/educativa/fenomenos.meteo/index.jsp?page=dea.trovao.xml>

JOHANSON, Kristiina – The Changing Meaning of ‘Thunderbolts’. In *Electronic Journal of Folklore*. 42. [em linha] 2009. Disponível em: <https://www.folklore.ee/folklore/vol42/johanson.pdf>

JUNQUEIRO, Arronches – Crenças, superstições e usos tradicionais de Setúbal. T. II, Serpa. 1900.

JUNQUEIRO, Arronches – Estudos Setubalenses (1.ª Parte) – Superstições e usos tradicionais. Setúbal. 1906.

LIMA, Augusto César Pires de – Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, 3, Porto, 1948.

LOPO, Albino, – O Castro de Samil e as cavernas de S. Lourenço. In *O Arqueólogo Português*. Vol. V. 1899/1900. pp. 105-107

NUNES, Dias – Tradições populares (Miscelânea).

R. M. XIII, Esposende. 1898. pp. 118-124.

NUNES, M. Dias – Miscelâneas tradicionalistas. T. IV, Serpa, 1902, pp. 10-11; 26-29; 42-44; T. VI, Serpa, 1904, pp. 61-62 e 79-80.

PEREIRA, Benjamim Enes – Bibliografia analítica de etnografia portuguesa. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. 1965.

PIRES, A. Thomaz – Investigações Etnográficas. In *Revista Lusitana*. Volume XX, Lisboa. 1917. pp. 257-293.

PIRES, A. Thomaz – Investigações Etnográficas. In *Revista Lusitana*. Volume XVII, Lisboa. 1914. pp. 159-197.

RASTEIRO, Joaquim – Noticias archeologicas da Peninsula da Arrabida. In *O Arqueólogo Português*. Volume III. n.º 1 e 2. 1897.

SANCHES, Maria de Jesus – Pré-História recente do Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes). Monografia Arqueológica, 3. Porto: GEAP. 1992.

SOUSA, Maria Peregrina de – Tradições populares do Minho (Cartas). In *Revista Lusitana*. Volume VI. Antiga Casa Bertrand, Lisboa. 1900-1901. pp. 129-151.

VASCONCELOS, José Leite de – Ensaio Ethnographicos, III, Lisboa, 1906.

VASCONCELOS, José Leite de – Opúsculos.V – Etnologia (Parte I), Lisboa, 1938.

VASCONCELOS, José Leite de – Sur les amulettes portugaises. Lisboa, 1892.

VASCONCELOS, José Leite de – Antigualhas das proximidades de Lisboa: 1. Ruínas romanas da Malveira de Cascaes; 2. Sepulturas romanas de Caparide; 3. Grutas prehistoricas de Cascaes. In *O Arqueólogo Português*. Vol. I. Museu Etnológico Português. Lisboa: Imprensa Nacional. 1895. pp. 246-250

VASCONCELOS, José Leite de – Ceraunias. In *O Arqueólogo Português*. Vol. XXIV. Museu Etnológico Português. Lisboa: Imprensa Nacional. 1919. pp. 86-93.

VASCONCELOS, José Leite de – Etnografia Portuguesa. Vol. IX. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1985] 2007.

VASCONCELOS, José Leite de – Etnografia Portuguesa. Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1985] 2007.

VASCONCELOS, José Leite de – Notas de prehistória. II. Pedras de raio. In *O Pantheon: revista de ciencias e letras*. N.º 23. [em linha]. 1880-1881. Disponível em: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OPantheon/N23/N23\\_master/OPantheonN23.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OPantheon/N23/N23_master/OPantheonN23.pdf)

VASCONCELOS, José Leite de – Tradições das pedras. Lisboa: ENRMC [em linha] 1880-1881. pp. 75-80. Disponível em: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/EraNova/N02/N02\\_item1/P27.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/EraNova/N02/N02_item1/P27.html)

VASCONCELOS, José Leite de (1897) – Religiões da Lusitânia. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional [em linha]. Disponível em: <https://archive.org/details/religiesdalusi01vascuoft/page/n10>

VASCONCELOS, José Leite de (1905) – Religiões da Lusitânia. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional. [em linha]. Disponível em: <https://archive.org/details/religiesdalusita02vasc/page/n8>

VASCONCELOS, José Leite de (1913) – Religiões da Lusitânia. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional. [em linha]. Disponível em: <https://archive.org/details/religiesdalusita03vasc/page/n8>

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estacio da – Várias antiguidades do Algarve. Nota introdutória e comentários de João Luís Cardoso. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 17. 2009. pp. 617-696.

VIEIRA, Alexandra – Contributo para o estudo dos Vestígios Arqueológicos - do VI ao I milénio a.C. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro. Doutoramento em Arqueologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2015